



RELATÓRIO E CONTAS **2020**

Maíra, 18 de março de 2021.

GIATUL – ATIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M., S.A.

NEM – Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro 2640-486 Mafra

Capital Social 900.000 euros

Contribuinte 506 874 915

ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

PRESIDENTE – Aldevina Maria Machado Rodrigues

SECRETÁRIO – Manuel Luís Oliveira Castelo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE – Hélder António Guerra de Sousa Silva

VOGAL – Hugo Manuel Moreira Luís

VOGAL – Célia Maria Duarte Batalha Fernandes

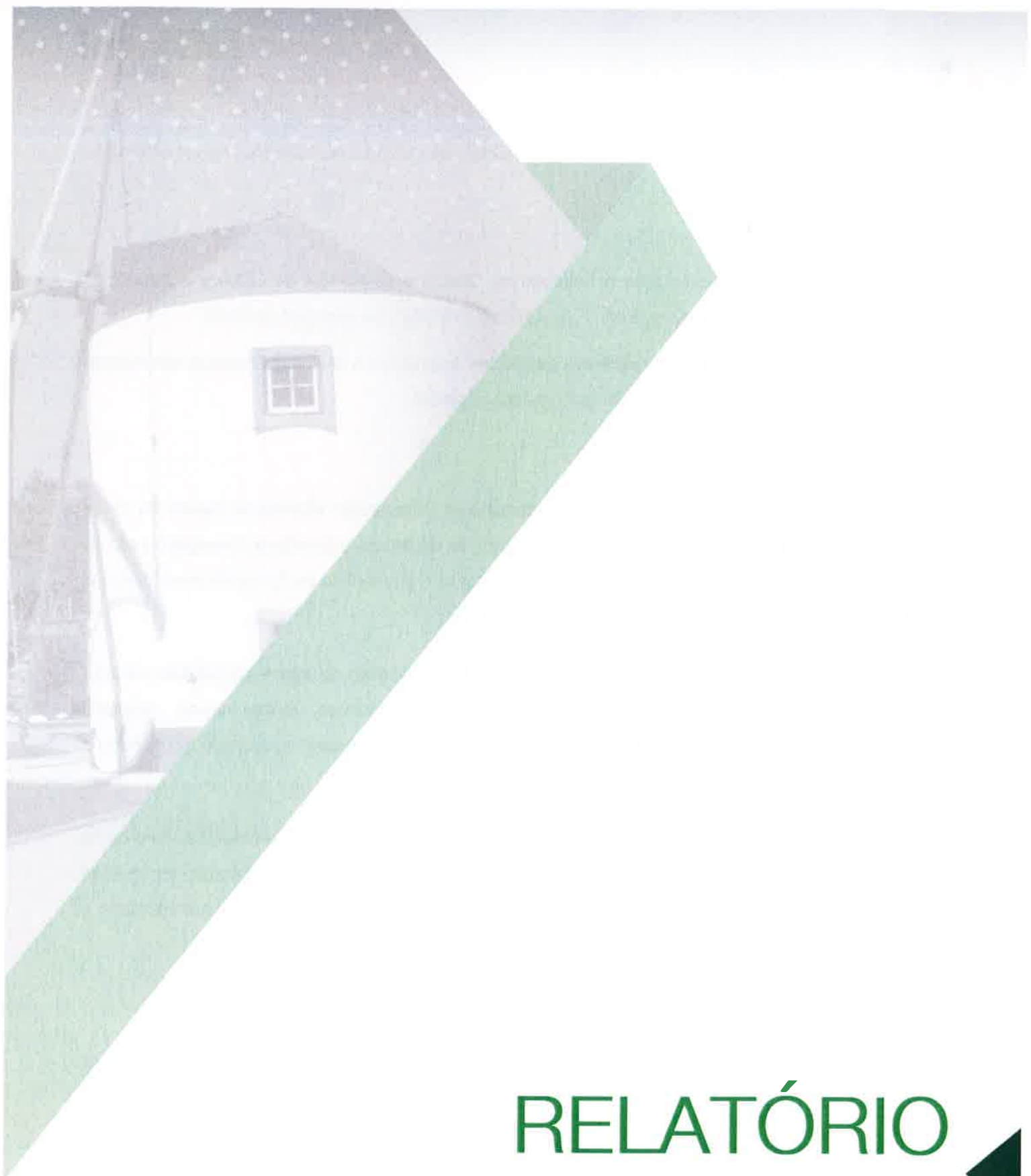
FISCAL ÚNICO – Macedo, Caldas & Bento SROC

SUPLENTE – Maria José Nogueira de Albuquerque Vaz Caldas

ÍNDICE

I. RELATÓRIO DE GESTÃO	5
II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	21
III. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRA	26
IV. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	52
IV. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	54

h
Q



RELATÓRIO DE GESTÃO



com a h

Senhores Acionistas,

Vimos submeter à Vossa apreciação o Relatório de Gestão e as Contas da GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A. (GIATUL), relativas ao exercício de 2020.

O Conselho de Administração, em referência aos factos ocorridos e à atividade desenvolvida durante o exercício, considera importante realçar os seguintes aspetos:

1. INTRODUÇÃO

O surto do COVID-19 foi classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e alastrou também ao nosso País, onde foi declarado o Estado de Emergência em 18 de março de 2020. Este surto está a ter um impacto social e económico muito significativo, gerando um elevado grau de incerteza para as empresas e entidades.

A GIATUL, em 2020, apesar de ter verificado um aumento significativo no volume de negócio, na área do turismo e lazer viu a sua atividade ser afetada pela pandemia, tendo mesmo diminuído significativamente a sua atividade nos meses de março, abril e maio. Assim, o resultado alcançado no ano de 2020, foi abaixo do esperado.

Mantendo uma estratégia que procura garantir uma maior sustentabilidade da empresa, bem como uma melhor agilidade operacional, é com prudência que este Conselho de Administração tem optado por medidas que pretendem minimizar o impacto da pandemia, tendo sempre em consideração o exigente contexto económico e financeiro nacional.

Historial

A GIATUL é uma empresa municipal de capitais totalmente públicos constituída, nos termos da Lei nº 58/98, de 18 de agosto.

Foi constituída em junho de 2004 com o capital social de 500.000€, pelos acionistas Município de Mafra, com 80%, e a Orbitur – Intercâmbio de Turismo, S.A., com 20% do referido capital.

Em março de 2005, o parceiro Orbitur, S.A., cedeu a sua posição de acionista à empresa Bluematrix – Actividades Turísticas, Lda.

Em março de 2008, a Bluematrix, Lda., cedeu a sua posição societária à empresa Imoestrela – Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, S.A.

Em agosto de 2010, a Imoestrela, S.A., cedeu a sua posição societária à empresa Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.

Em 10 de abril de 2012, por deliberação da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2012, procedeu-se à fusão por incorporação da Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M., S.A., tendo sido transferido todo o património desta, com todos os seus elementos ativos e passivos, direitos e obrigações.

A sociedade incorporante alterou a firma para “Giatul – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.” e o capital social da empresa passou a ser de 900.000€, totalmente detidos pelo Município de Mafra.

Em 2019, verificou-se ainda a entrada em vigor do Contrato Programa com o único Acionista, a Câmara Municipal de Mafra, que veio estabelecer a missão e os objetivos a prosseguir pela GIATUL, para os anos de 2018 a 2021, de acordo com as orientações estratégicas estabelecidas pelo Município.

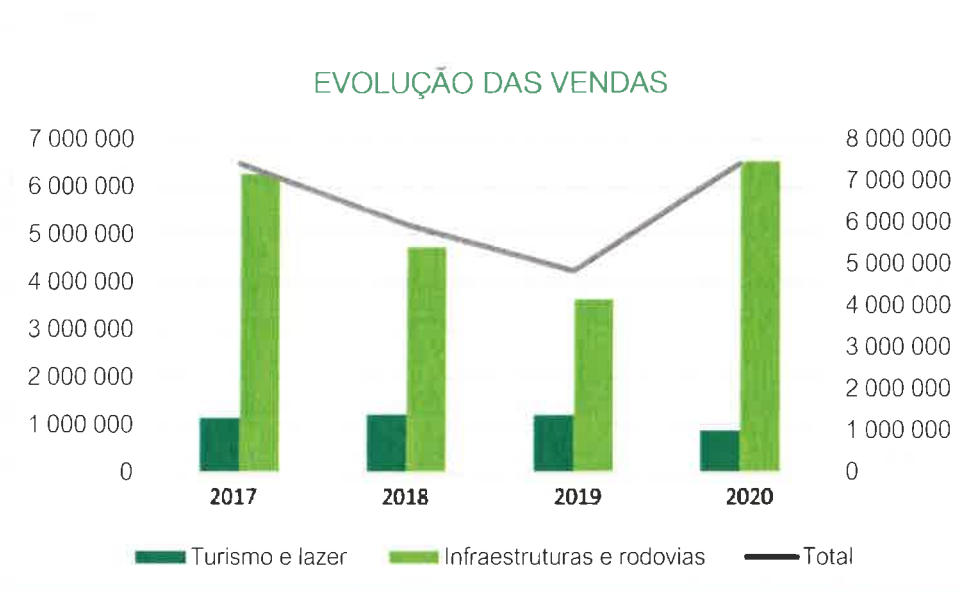
O fundamento de necessidade do estabelecimento do mencionado contrato alicerça-se:

- i) Na correta avaliação da situação das atividades pela GIATUL, com o adequado levantamento das necessidades de intervenção, assim como da sua quantificação;
- ii) No conhecimento e experiência adquiridos pela GIATUL no exercício das suas funções conforme objeto social, que permite realizar as atividades com prontidão e qualidade de serviço dentro do quadro de urgência e imprevisibilidade que as solicitações do Município exigem, conjugando essa operacionalidade com uma preocupação de racionalização de custos e de rentabilização das potencialidades dos recursos humanos e materiais existentes.

2. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

A atividade da GIATUL é desenvolvida em duas áreas:

- Turismo e lazer (Ericeira Camping);
- Infraestruturas e rodovias.



O volume de negócios da GIATUL em 2020 apresenta um aumento significativo face ao ano anterior. O aumento verifica-se na área das infraestruturas e rodovias, uma vez que a área do turismo e lazer foi fortemente afetada com a situação epidemiológica verificada no país.

No turismo e lazer registou-se uma descida dos rendimentos na ordem dos 322.597€, que corresponde um a decréscimo de 26,79%, face ao ano anterior. Este decréscimo está diretamente relacionado com o encerramento da atividade entre meados de março e meados de maio, e com a diminuição do turismo, que se verificou ao longo de todo o ano de 2020.

Nas infraestruturas e rodovias, verificou-se um aumento nos rendimentos de 2.894.873€. Com o encerramento das diferentes instalações municipais, decorrente dos sucessivos estados de emergência decretados e com a diminuição do fluxo de tráfego nas nossas rodovias, foi possível planear e executar diferentes tipologias de intervenções, quer a nível dos edifícios e espaços públicos, quer a nível das vias rodoviárias, o que por si só, justifica o referido aumento da atividade e por consequência, dos rendimentos.

No que se refere ao trabalho administrativo, o exercício de 2020 caracterizou-se por um ano de elevada exigência para dar cumprimento ao Código dos Contratos Públicos, tendo sido desenvolvidos 1.314 procedimentos de contratação pública.

Atividade de Turismo e Lazer

Para o Município, o sector do turismo é um dos vetores estratégicos para um desenvolvimento sustentado, constituindo o Ericeira Camping um dos motores, nomeadamente pela importância que assume como infraestrutura de suporte a um conjunto de iniciativas e eventos emblemáticos para promoção do Concelho de Mafra.

O modelo de exploração do Ericeira Camping visa promover o Concelho de Mafra, enquanto destino turístico, quer em Portugal, quer no estrangeiro, potenciando a capacidade de atrair novos visitantes, com consequentes impactos para o comércio e indústria de serviços local.

Neste sentido e procurando responder às necessidades do mercado, o Ericeira Camping oferece um serviço único e diferenciado, pelo facto de dispor de um conjunto de infraestruturas que não são muito frequentes nos Parques de Campismo em Portugal, dos quais destacamos:

- Alvéolos para campismo - 1.800 unidades
- Mobile homes – 65 unidades
- Espaços para autocaravanas – 50 unidades
- Bungalows – 18 unidades – 98 camas
- Teepees - 20 unidades – 40 camas

Para além das características internas deste equipamento, a envolvente externa do parque dispõe de valências e recursos naturais, que permitem oferecer uma experiência diferenciadora.

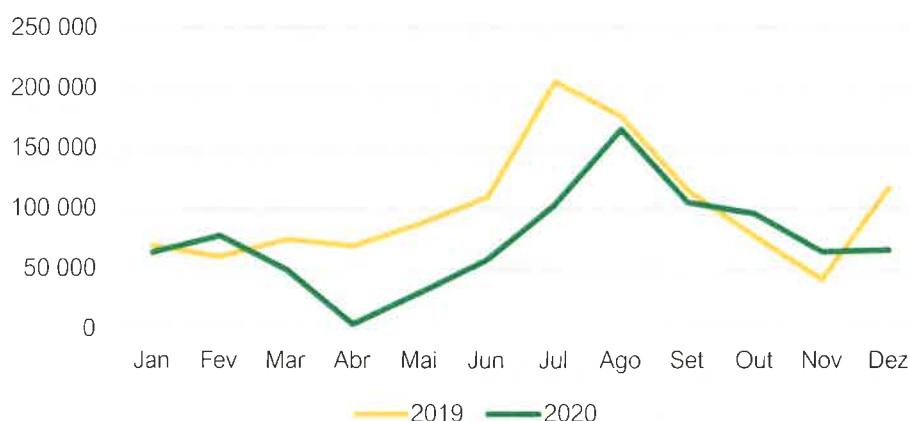
No mercado nacional, o Ericeira Camping ocupa um lugar de destaque ao nível da qualidade proporcionada pelas suas infraestruturas. A área reservada ao estacionamento de autocaravanas tem condições únicas em Portugal e está ao nível das melhores existentes na Europa.

Em Portugal, a totalidade da oferta diária instalada para campismo é de cerca de 182.000 utentes, tendo o Ericeira Camping uma capacidade para 1.800 campistas, representando cerca de 5% da oferta na Área Metropolitana de Lisboa, onde existe um total de 37.500 lugares de campismo.

No que respeita à relação de área por campista, a média nacional é de 6,33 m², apresentando o Ericeira Camping uma área de 10,55 m², facto que o diferencia quando comparado com alguns concorrentes, como por exemplo, a AML que tem uma área disponível, em momento de lotação máxima de 5,82 m², por campista.

Como já foi referido, o ano de 2020 foi um ano muito exigente para a área do turismo e lazer, uma vez que foi uma das áreas mais afetadas pela pandemia. Verificou-se o cancelamento de diversos eventos, como é exemplo o Sumol Summer Fest, entre outros, bem como o encerramento do Ericeira Camping, desde meados de março a meados de maio.

EVOLUÇÃO MENSAL DAS VENDAS



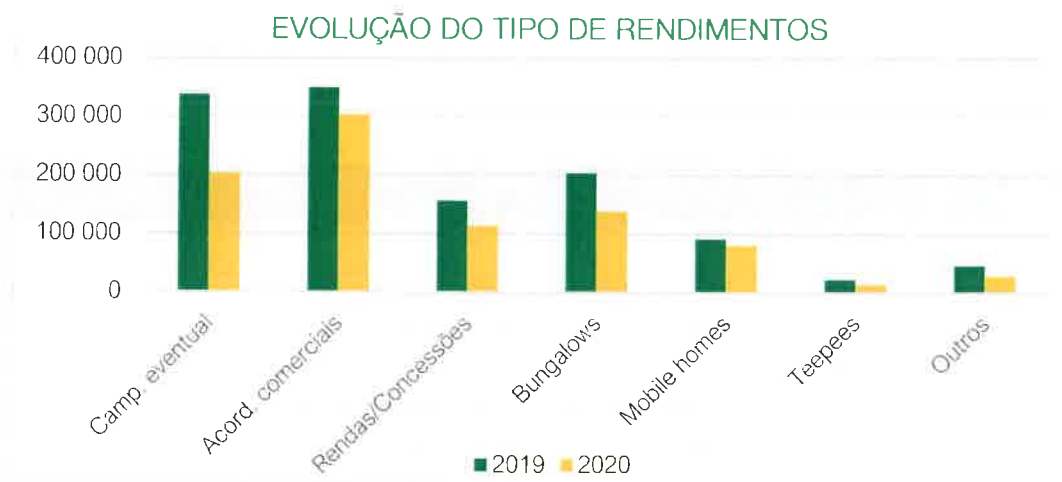
As vendas e serviços prestados desta atividade sofreram uma forte quebra, sendo os meses de abril e maio os que mais se destacam, e que coincidem com o período de confinamento e encerramento das atividades.

Nacionalidade	2019		2020		%Var.	
	Pessoas	Noites	Pessoas	Noites	Pessoas	Noites
PORTUGUESA	19 930	63 517	10 766	32 127	-46%	-49%
ALEMÃ	2 943	10 342	1 820	6 406	-38%	-38%
FRANCESA	1 812	6 811	611	2 070	-66%	-70%
ESPAÑHOLA	2 252	9 627	1 534	4 789	-32%	-50%
PAISES BAIXOS	835	3 411	369	1 309	-56%	-62%
REINO UNIDO	29	132	138	913	376%	592%
ITALIANA	404	1 550	233	856	-42%	-45%
BELGA	415	1 702	202	707	-51%	-58%
SUIÇA	462	1 567	391	1 512	-15%	-4%
AUSTRALIANA	142	607	30	146	-79%	-76%
OUTROS	2 537	9 745	1 889	5 415	-26%	-44%
UTENTES ESTRANGEIROS	11 831	45 494	7 217	24 123	-39%	-47%
TOTAL GERAL	31 761	109 011	17 983	56 250	-43%	-48%

A evolução dos utilizadores por nacionalidades (utentes e noites) demonstra a quebra existente no sector do turismo, sendo a quebra dos utentes nacionais ligeiramente superior à dos utentes estrangeiros.

Em termos de repartição por mercados, continua-se a assistir a uma maior procura do mercado interno face ao externo. O mercado interno representa 57,11% das dormidas. Apesar da quebra verificada,

entende-se que os 42,89% de dormidas de estrangeiros, é demonstrativo do nível de qualidade do parque, na medida em que por norma, o utente estrangeiro com maior capacidade de compra, torna-se mais seletivo e exigente.



Como já foi referido, em 2020 registou-se uma descida dos rendimentos na ordem dos 322.597€, sendo um decréscimo de 26,79%. O tipo de receita com maior quebra em 2020 foi o campismo eventual, tendo diminuído cerca 39,67%.

Atividade de Infraestruturas e Rodovias

Em 2020, a atividade de infraestruturas e rodovias verificou um acréscimo significativo, como resultado do aproveitamento da diminuição da atividade na sociedade, para o desenvolvimento de obras maiores e mais profundas.

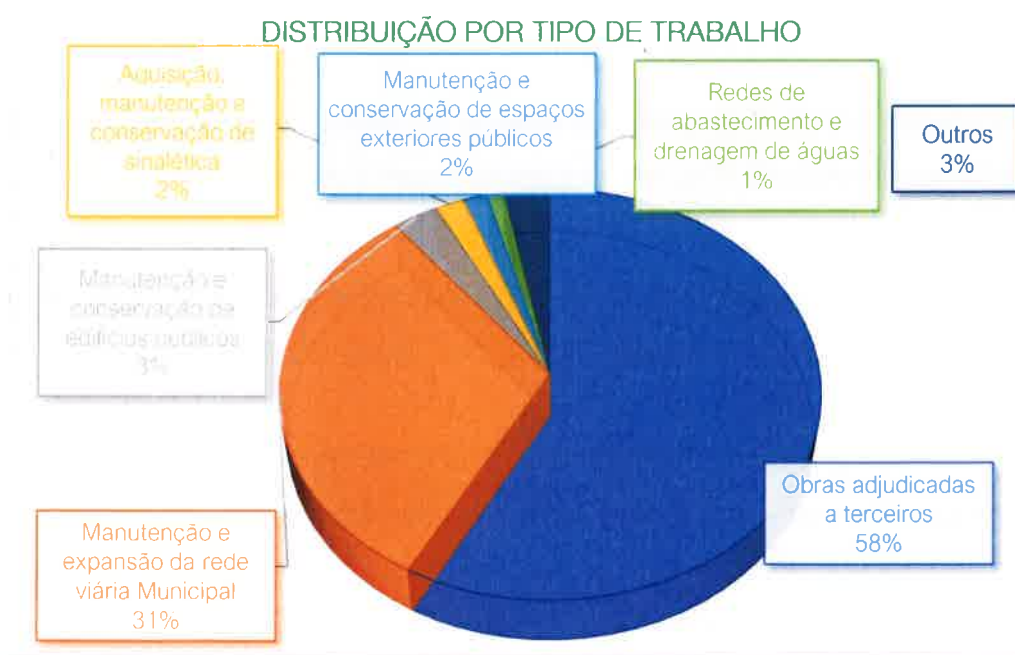
Foi também em 2020 que, pelo primeiro ano, se assinaram contratos com a Câmara Municipal de Mafra, que estipulam os trabalhos a desenvolver pela GIATUL em 5 áreas. Os contratos assinados foram os seguintes:

- Contrato de aquisição de serviços de manutenção e expansão da rede viária Municipal;
- Contrato de aquisição de serviços de manutenção e conservação de edifícios públicos;
- Contrato de aquisição de serviços de manutenção e conservação de espaços exteriores públicos e de prédios rústicos e urbanos não edificadas, propriedade do Município;
- Contrato de aquisição de serviços de fornecimento, de manutenção e de conservação da sinalética e dos equipamentos de apoio ao transporte público coletivo rodoviário de passageiros; e
- Contrato de aquisição de serviços vários a executar nas redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais e pluviais do Município de Mafra.

Sendo o ano de 2020 atípico, e tendo-se verificado um aumento significativo da atividade nesta área, a GIATUL, dado não ter meios próprios que permitissem dar resposta a todas as intervenções solicitadas, teve de recorrer à adjudicação de obras a terceiros. Assim, o valor de rendimentos proveniente de subempreitada, em 2020, é bastante expressivo.

Em seguida apresenta-se o valor dos rendimentos por tipo de trabalho, bem como a sua execução face ao orçamento de 2020.

Em euros	
Tipo de trabalho	2020
Obras adjudicadas a terceiros	3 785 155
Manutenção e expansão da rede viária Municipal (administração direta)	2 051 954
Manutenção e conservação de edifícios públicos (administração direta)	193 796
Aquisição, manutenção e conservação de sinalética (administração direta)	124 442
Manutenção e conservação de espaços exteriores públicos (administração direta)	104 944
Redes de abastecimento e drenagem de águas (administração direta)	71 498
Outros (administração direta)	198 963
TOTAL DE RENDIMENTOS	6 530 753
RENDIMENTOS ORÇAMENTADOS	4 761 808
EXECUÇÃO	137%



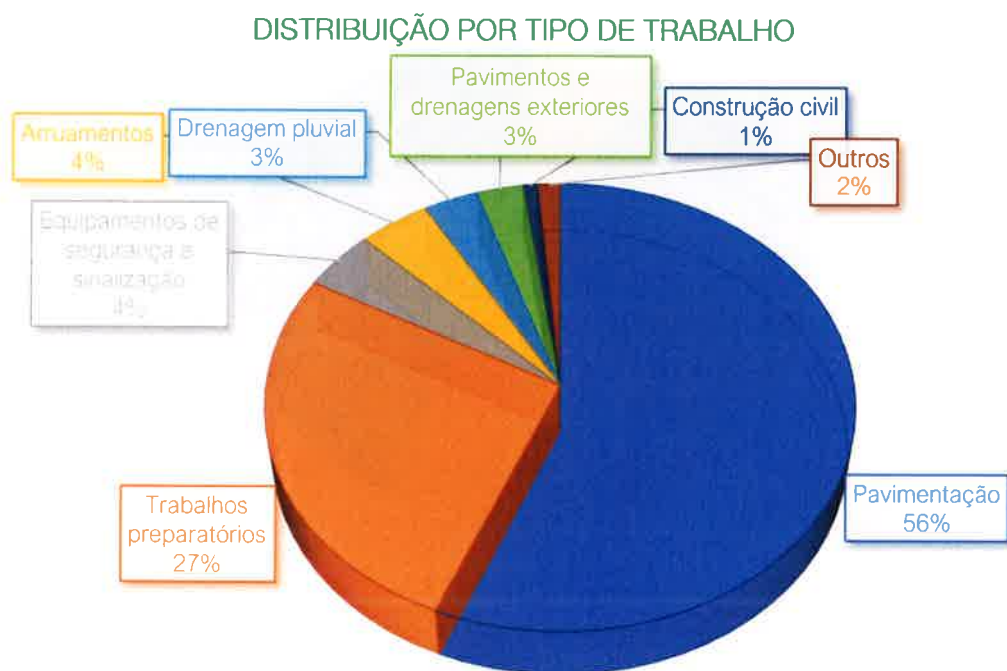
Obras adjudicadas a terceiros

Em 2020 foram adjudicadas mais de 40 subempreitadas, tendo sido pavimentados cerca de 28,9 km e efetuado construções, ampliações e remodelações de redes de água na ordem dos 1 526 ml.

As principais obras desenvolvidas foram:

- Beneficiação de diversas ruas em Fonte Boa dos Nabos
- Pavimentação do Caminho Municipal 1173 entre a Tourinha e as Antas
- Pavimentação de um troço da Estrada Municipal 1206 - Montemuro
- Beneficiação de diversos arruamentos na localidade de Montemuro
- Pavimentos e arruamentos nas localidades de Bandalhoeira e Livramento
- Construção de muralha e alargamento na Encarnação
- Reparação da estrada entre Carvalhal e Cheleiros
- Pavimentação de estrada entre os Calvos e a Sobreira
- Pavimentação de um troço da EM 552 - Encarnação
- Beneficiação de diversos arruamentos na localidade de Carvalhal - Cheleiros
- Pavimentação de arruamentos em Monte Bom
- Pavimentação de arruamentos em Fonte Boa da Brincosa
- Requalificação da estrada entre a rotunda da Venda do Pinheiro e a Póvoa da Galega
- Execução de rede de águas domésticas e pluviais - Fonte Boa dos Nabos
- Ampliação da rede de esgotos e de abastecimento de água e respetiva pavimentação - Carcavelos e Montemuro
- Pavimentação de um troço de EM 539-1 e arruamentos adjacentes - Montemuro

Manutenção e expansão da rede viária Municipal



Na área da manutenção e expansão da rede viária Municipal, o tipo de intervenção com maior peso são as relacionadas com a pavimentação, que representa 56% do trabalho desenvolvido. Em seguida, apresentam-se os trabalhos preparatórios, com 27%. Neste último estão incluídos trabalhos, como por exemplo, ceifas, varredura mecânica, varredura manual, limpeza de bermas, valetas e sumidouros, entre outros.

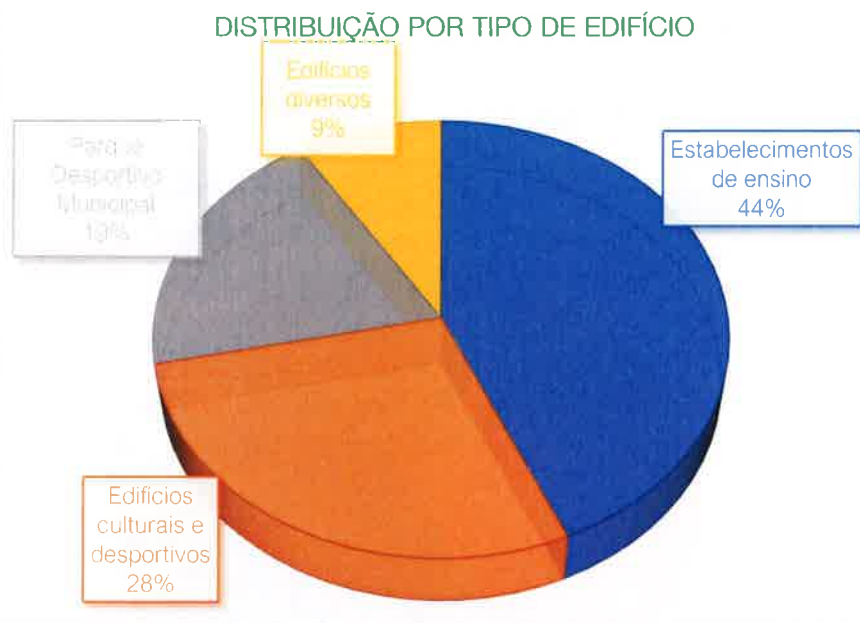
É de salientar a colaboração com a proteção civil, no que respeita à ceifa mecânica.

De referir que durante o exercício de 2020 foram pavimentados 16,1 km, foram executados 1 486 m² de passeio e foram executadas ceifas, conservação de valetas, aquedutos e sumidouros em 115,6 km.

Os principais trabalhos desenvolvidos em 2020 foram:

- Pavimentação da EM619 entre a EN9-2 e São Sebastião (2,0 km de extensão)
- Pavimentação do caminho de acesso à Serra do Socorro (1,9 km de extensão)
- Pavimentação de arruamentos em Ventureira (1,6 km de extensão)
- Pavimentação de arruamentos em Igreja Nova (1,4 km de extensão)
- Pavimentação de arruamentos em Ervideira (1,3 km de extensão)
- Pavimentação de arruamentos em Arroeiros (1,0 km de extensão)

Manutenção e conservação de edifícios públicos



Os estabelecimentos de ensino são aqueles onde ocorreram o maior número de intervenções, perfazendo cerca de 44%, seguidos dos edifícios culturais e desportivos, cerca de 28% e do Parque Desportivo Municipal, com cerca de 19%.

Nos estabelecimentos de ensino, foram efetuadas intervenções em 34 estabelecimentos, sendo a EB de Ericeira, a EB da Venda do Pinheiro, a EB da Malveira, a EB da Enxara do Bispo e a EB da Fonte Boa da Brincosa, as que apresentaram intervenções com custos mais elevados.

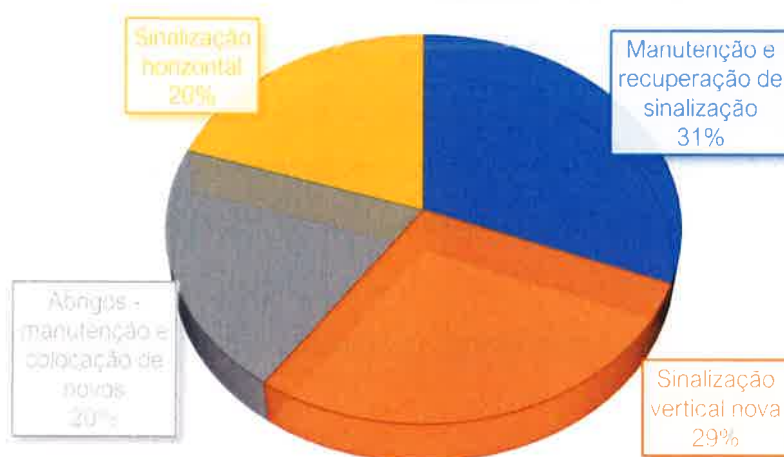
No que respeita aos edifícios culturais e desportivos, cerca de 80% dos trabalhos, foram desenvolvidos nas piscinas do Concelho, destacando-se as intervenções na piscina da Encarnação, da Ericeira e da Venda do Pinheiro.

Já no Parque Desportivo Municipal, foram desenvolvidos trabalhos em diversos espaços, nomeadamente nas piscinas, espaços exteriores, estádio, ginásio, pavilhão, entre outros.

É de realçar que se tem vindo a executar trabalhos de maior dimensão, nestas instalações, dadas as competências das equipas BIR (brigadas de intervenção rápida) e com isso tem sido dada preferência aos trabalhos por administração direta em detrimento da contratação externa.

Aquisição, manutenção e conservação de sinalética

DISTRIBUIÇÃO POR TIPO DE TRABALHO



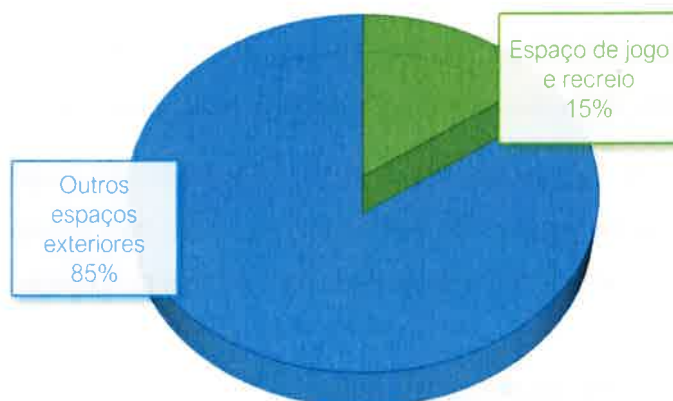
Os trabalhos relacionados com aquisição de serviços de fornecimento, de manutenção e de conservação da sinalética e dos equipamentos de apoio ao transporte público coletivo rodoviários de passageiros foram desenvolvidos nas 11 freguesias do Concelho. Nas freguesias de Mafra, União das Freguesias de Enxara do Bispo, Vila Franca do Rosário e Gradil, Milharado e Ericeira, foi onde se desenvolveu o maior número de trabalhos.

De referir que durante o ano de 2020 foram colocados/substituídos mais de 400 sinais verticais.

Neste âmbito, tem-se vindo a realizar a recuperação de diversos abrigos de passageiros, dispostos por todo o Concelho, tendo sido efetuadas mais de 40 intervenções durante o ano de 2020.

Manutenção e conservação de espaços exteriores públicos

DISTRIBUIÇÃO POR ESPAÇO EXTERIOR



Dos trabalhos desenvolvidos nos espaços exteriores públicos, 15% foram realizados em espaços de jogo e recreio. Estes trabalhos foram efetuados nas 11 freguesias do Concelho, sendo o Parque Intergeracional do Livramento, o Jardim do Freixo e o Parque de Santa Marta, que apresentam maiores intervenções.

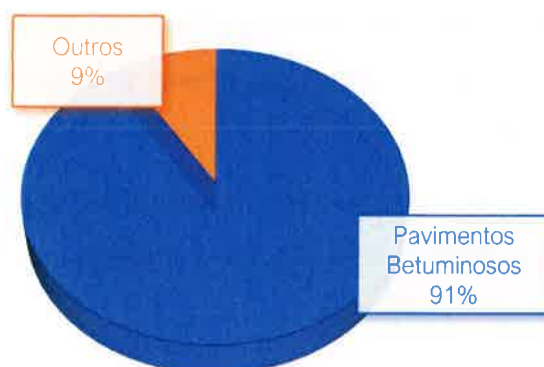
Os restantes trabalhos nos espaços exteriores foram desenvolvidos nas 11 freguesias do Conselho, apresentado algum destaque a freguesia do Milharado, Mafra, Encarnação e União das Freguesias de Cheleiros e Igreja Nova.

Nesta rubrica, tem-se vindo a fazer a manutenção corretiva de diversos equipamentos dos espaços de jogo e recreio (parques infantis).



Redes de abastecimento e drenagem de águas

DISTRIBUIÇÃO DOS TIPOS DE TRABALHO



No que diz respeito aos vários serviços executados nas redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais e pluviais do Município de Mafra, uma grande percentagem dos trabalhos desenvolvidos foi na área de reposição de pavimento betuminoso. Contudo, também se desenvolveram trabalhos associados à rede de abastecimento de água, à rede de drenagem de águas residuais e pluviais, entre outros.

Outros

Na rubrica de outros, encontram-se contemplados proveitos relacionados com:

- Venda de massas asfálticas;
- Reposição de pavimento betuminoso a particulares;
- Serviços relacionados com o Covid-19 (limpeza e desinfeção); e
- Apoios em festivais e eventos.

3. SITUAÇÃO ECONÓMICA – FINANCEIRA

A situação económico-financeira da empresa, caracteriza-se pelos seguintes indicadores:

Indicadores	Rácio	2020	2019
Liquidez Geral	Ativo Circulante / Passivo Circulante	34,36%	37,88%
Cobertura do Imobilizado	Capitais Próprios+Div a Terc. M/L Prazo / Imobilizado	68,30%	83,98%
Solvabilidade	Ativo Líquido / Passivo	226,72%	240,40%
Autonomia Financeira	Cap. Próprios Totais / Ativo Líquido Total	55,89%	58,40%
Rendibilidade	Res Operac+Amort+Prov+Enc Finac / Act Liq Total	6,94%	9,55%
Volume de Negócios		7 412 451	4 840 174
Resultado Líquido		-89 931	33 063

Dado as dificuldades verificadas durante o exercício de 2020, a GIATUL apresenta um ligeiro decréscimo em todos os seus indicadores.

Para dar resposta ao aumento dos trabalhos solicitados na área de infraestruturas e rodovias, a GIATUL recorreu à subcontratação de empreitadas, o que levou a uma grande redução das margens nesta área de negócio. Assim, mesmo com o aumento do volume de negócio, não foi possível obter resultado positivo no exercício de 2020.

De referir que, se não tivesse existido uma quebra na atividade do Ericeira Camping (redução no volume de vendas de 322.597€) a empresa teria obtido um resultado positivo e superior ao apresentado em anos anteriores.

4. INVESTIMENTOS REALIZADOS

Os investimentos realizados no exercício de 2020, foram os seguintes:

	Investimento	Desinvestimento
Ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	59 659	
Equipamento básico	31 243	
Ativos intangíveis		
Programas de computador	9 600	
TOTAL	100 502	0

5. PERSPECTIVAS FUTURAS

Com o atual panorama verificado em Portugal, que apresenta um elevado grau de incerteza para as empresas e entidades, e que apontam para um arrefecimento da atividade em 2021, torna-se difícil prever a evolução da atividade da empresa.

Os valores aprovados no Plano de Atividades e Orçamento para 2020, foram estimados numa perspetiva que se considera prudente, em virtude da grande volatilidade económica e financeira atual.

Na expectativa de que o parque de campismo recupera a sua atividade, bem como a atividade de infraestruturas e rodovias se mantenha em pleno, espera-se que os resultados da GIATUL possam melhorar durante o exercício de 2021. Assim, a Administração estima que seja recuperado algum do impacto financeiro negativo em consequência da pandemia do COVID-19 e que em 2021 seja possível voltar aos números de 2019 na área de turismo e lazer, ajudando à melhoria dos resultados.

Apesar deste impacto, perspetiva-se que a situação financeira da empresa permita ultrapassar esta situação.

6. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não existem dívidas em mora à Autoridade Tributária, Segurança Social, Caixa Geral de Aposentação e ADSE.

Não ocorreram negócios entre a sociedade e qualquer um dos seus administradores. A sociedade não possui sucursais e não existem ações próprias.

Não há instrumentos financeiros complexos, nem existem riscos relevantes relacionados com financiamentos, dado que a sociedade tem uma estrutura financeira equilibrada e tem sempre cumprido com as suas obrigações. O valor de 149.387€ que se encontra na rubrica de caixa e depósitos à ordem a 31/12/2020 é quase na sua totalidade depósitos à ordem. Em caixa só existem 2.539€.

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Com base nestes considerandos, a GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias E.M., S.A., apresenta no exercício de 2020 resultados negativos de 89.930,58€ (oitenta e nove mil novecentos e trinta euros e cinquenta e oito cêntimos). Neste sentido, o Conselho de Administração, vem propor realizar a seguinte aplicação:

- Resultados Transitados-89.930,58€

8. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração deseja registar o agradecimento a todos os que ao longo deste exercício, contribuíram para a consolidação da atividade da empresa, nomeadamente:

- Ao Acionista, pela confiança depositada na Administração;
- Ao Fiscal Único, pela pronta e sempre oportuna colaboração;
- Às Instituições Financeiras, pela confiança que continuamente nos manifestam;
- Aos utentes e clientes, pela preferência e fidelização demonstradas;
- A todos os Colaboradores, pelo seu empenhamento e profissionalismo, no exercício das suas funções;

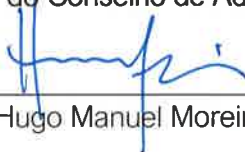
Mafra, 18 de março de 2021

O Presidente do Conselho de Administração



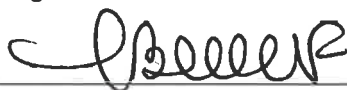
Hélder António Guerra de Sousa Silva

Vogal do Conselho de Administração

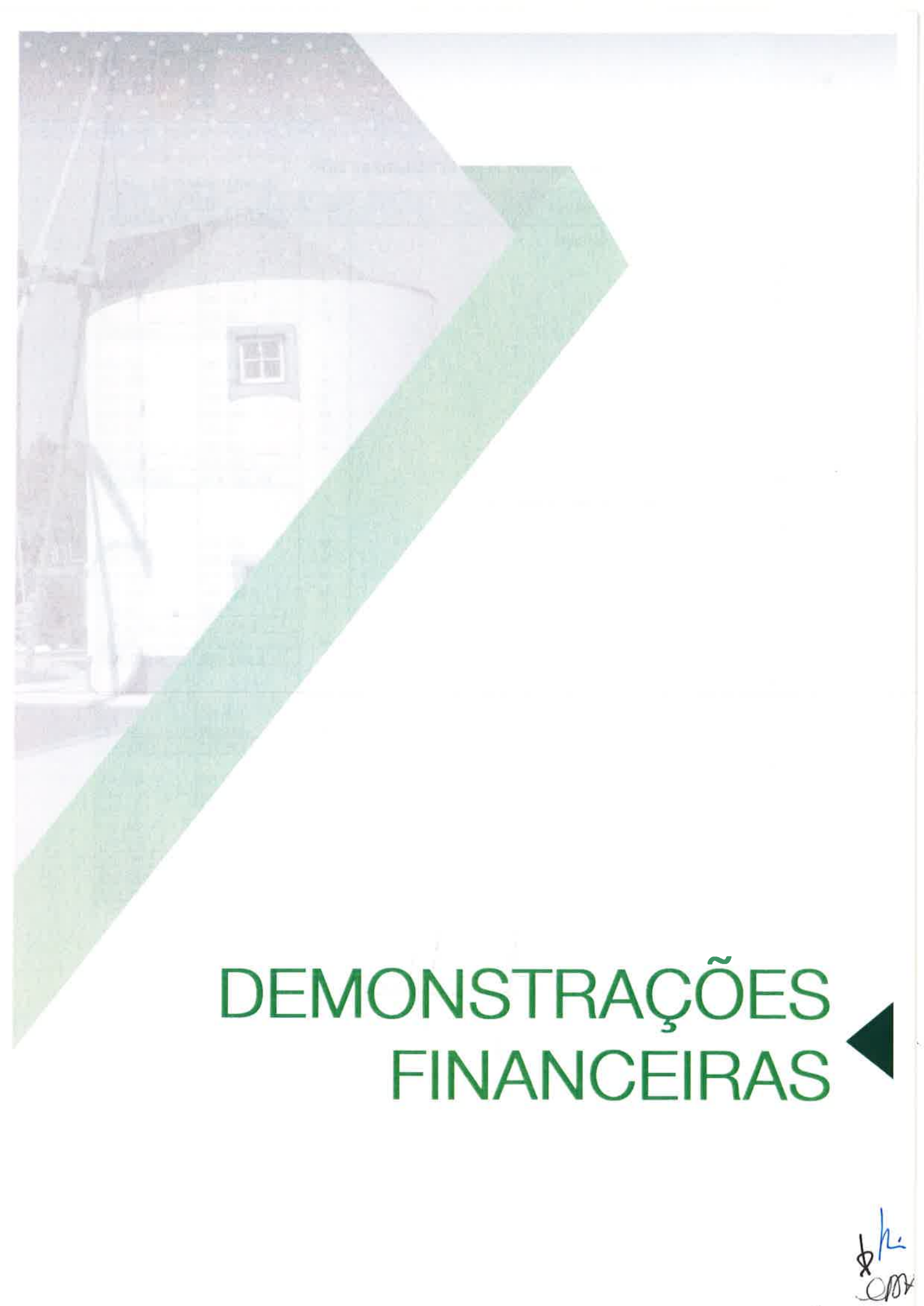


Hugo Manuel Moreira Luís

Vogal do Conselho de Administração



Célia Maria Duarte Batalha Fernandes

The background of the cover features a faded photograph of a building with a small window. A large, solid green diagonal stripe runs from the bottom left towards the top right, partially obscuring the building image.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RUBRICAS		NOTAS	UNIDADE MONETARIA: EURO	
			DATAS	
			31/12/2020	31/12/2019
ACTIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	7		1 573 373	1 694 899
Ativos intangíveis	8		7 621 908	7 815 908
Ativos por impostos diferidos	27		22 874	0
			9 218 155	9 510 807
Ativo corrente				
Inventários	9		67 788	57 974
Clientes	10		836 117	355 145
Estado e outros entes públicos	11		9 483	32 431
Outros créditos a receber	12		446 873	285 726
Diferimentos	13		19 871	14 309
Caixa e depósitos bancários	4		149 387	183 258
			1 529 519	928 842
TOTAL DO ACTIVO			10 747 674	10 439 649
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital subscrito	14		900 000	900 000
Reservas legais	14		356 800	356 800
Outras reservas	14		844 910	821 534
Resultados transitados	14		4 002 241	3 992 554
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	14		-6 925	-6 925
			6 097 026	6 063 963
Resultado líquido do período	14		-89 931	33 063
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO			6 007 096	6 097 026
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	15		102 402	1 709 247
Outras dívidas a pagar	17		186 536	181 205
			288 937	1 890 452
Passivo corrente				
Fornecedores	16		626 909	620 795
Estado e outros entes públicos	11		94 562	101 487
Financiamentos obtidos	15		1 794 354	561 854
Outras dívidas a pagar	17		1 199 923	540 397
Diferimentos	13		735 893	627 637
			4 451 641	2 452 170
TOTAL DO PASSIVO			4 740 578	4 342 623
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO			10 747 674	10 439 649

Conselho de Administração



Contabilista Certificado nº 85017

Ana Cristina Almeida Procs

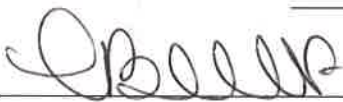
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	18	7 412 451	4 840 174
Subsídios à exploração	19	300 000	301 255
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	-547 295	-597 144
Fornecimentos e serviços externos	21	-5 272 726	-2 660 551
Gastos com o pessoal	22	-1 668 721	-1 495 556
Outros rendimentos	23	141 713	198 384
Outros gastos	24	-37 410	-71 790
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		328 011	514 772
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	25	-412 428	-444 334
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-84 417	70 437
Juros e rendimentos similares obtidos		5	0
Juros e gastos similares suportados	26	-26 624	-30 076
Resultados antes de impostos		-111 036	40 362
Imposto sobre o rendimento do período	27	21 106	-7 298
Resultado líquido do período		-89 931	33 063

Conselho de Administração


Contabilista Certificado nº 85017

Ana Cristina Almeida Paes

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

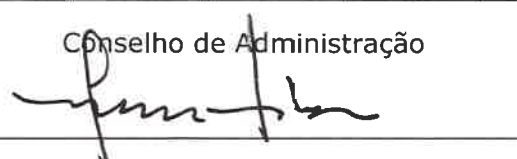
DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital							Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamento s/outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	1	900 000	356 800	702 159	3 913 192	-2 989	198 737	6 067 899	0	6 067 899
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	14			119 375	79 362	-3 936	-198 737	-3 936		-3 936
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				119 375	79 362	-3 936	-198 737	-3 936	0	-3 936
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		0	0				33 063	33 063	0	33 063
RESULTADO INTEGRAL							-165 673	29 127	0	29 127
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2019	6=1+2+3+5	900 000	356 800	821 534	3 992 554	-6 925	33 063	6 097 026	0	6 097 026

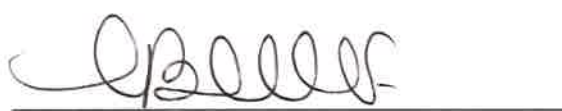
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital							Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustament./outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	6	900 000	356 800	821 534	3 992 554	-6 925	33 063	6 097 026	0	6 097 026
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	14			23 376	9 687		-33 063	0		0
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				23 376	9 687	0	-33 063	0	0	0
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		0	0				-89 931	-89 931	0	-89 931
RESULTADO INTEGRAL							-122 994	-89 931	0	-89 931
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	11=6+7+8+10	900 000	356 800	844 910	4 002 241	-6 925	-89 931	6 007 096	0	6 007 096

Conselho de Administração





Contabilista Certificado nº 85017

Ana Gastão Almeida Pires

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

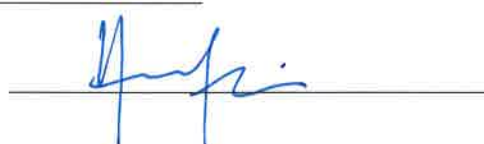
UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RUBRICA		
	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de clientes	6 754 955	5 059 316
Pagamentos a fornecedores	-5 033 870	-3 402 660
Pagamentos ao pessoal	-1 668 721	-1 495 556
Caixa gerada pelas operações	52 364	161 101
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	44 054	12 128
Outros recebimentos/pagamentos	371 187	418 547
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	467 604	591 777
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-90 902	-44 225
Ativos intangíveis	-9 600	-423
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-100 502	-44 648
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	350 005	50 000
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-724 354	-510 164
Juros e gastos similares	-26 624	-30 076
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-400 974	-490 240
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-33 871	56 889
Caixa e seus equivalentes no início do período	183 258	126 370
Caixa e seus equivalentes no fim do período	149 387	183 258

Conselho de Administração







Contabilista Certificado nº 85017

Ara Cristina Almeida Paço

ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRA

h
A

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

1.1. Designação da entidade

GIATUL - ATIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M., S.A.

É uma empresa municipal de capitais totalmente públicos constituída nos termos da Lei nº 58/98, de 18 de agosto.

Foi constituída em junho de 2004 com o Capital Social de 500.000€, pelos acionistas Município de Mafra com 80% e a Orbitur – Intercâmbio de Turismo, S.A. com 20% do referido capital. Em março de 2005, o parceiro Orbitur, S.A., cedeu a sua posição de acionista à empresa Bluematrix – Actividades Turísticas, Lda. Em março de 2008, a Bluematrix, Lda. cedeu a sua posição societária à empresa Imoestrela – Sociedade de Investimentos da Serra da Estrela, S.A. Em agosto de 2010, a Imoestrela, S.A., cedeu a sua posição societária à empresa Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.

Em 10 de abril de 2012, por deliberação da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2012, procedeu-se à fusão por incorporação da Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias E.M., S.A., tendo sido transferido todo o património desta, com todos os seus elementos ativos e passivos, direitos e obrigações.

A sociedade incorporante alterou a firma para “GIATUL – Atividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.

1.2. Sede

NEM – Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, 2640-486 Mafra

1.3. Natureza da atividade

A empresa tem por objetivo a prestação de serviços de interesse geral, bem como de promoção do desenvolvimento local e regional na área do concelho de Mafra:

- a) Promoção, gestão, exploração e rentabilização do parque de campismo de Mil Regos, bem como de parques de autocaravanismo da titularidade do Município de Mafra;
- b) Conservação, renovação, beneficiação e manutenção de todos os espaços, instalações e equipamentos afetos ou relevantes para o parque de campismo de Mil Regos bem como para os parques de autocaravanismo;

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'J. K.', is written over the page number.

- c) Realização de investimentos para a expansão da atividade do parque de campismo ou parques de autocaravanismo, de acordo com vocação;
- d) O exercício da atividade de gestão de obras públicas para o Município de Mafra e para outras entidades detidas por aquela autarquia, consistente na prática de todos os atos materiais e jurídicos necessários à perfeição das obras cuja gestão lhe seja solicitada pelo Câmara Municipal de Mafra, compreendendo qualquer atividade, desde a sua conceção, financiamento, concretização e até à receção das respetivas obras;
- e) Realização de atividades de conceção e execução de obras públicas, bem como de implementação de planos, projetos e demais empreendimentos, nomeadamente de equipamentos, edifícios, rodovias e infraestruturas, incluindo infraestruturas da rede viária municipal, urbana ou rural, que lhe sejam confiadas pelo Município ou de acordo com a programação aprovada pelo mesmo, com recurso a meios próprios ou meios contratados a terceiros em regime de empreitada ou de concessão de obra pública;
- f) Instalação e manutenção de todos os espaços e equipamentos públicos de utilização coletiva que sejam propriedade do Município, bem como de mobiliário urbano e sinalização;
- g) Conservação, restauração, reparação beneficiação do parque imobiliário do concelho de Mafra que seja propriedade do Município;
- h) Execução administrativa de obras realizadas em imóveis que não pertençam ao Município;
- i) Apoio nas atividades de fiscalização técnica de infraestruturas municipais;
- j) Produção e comercialização de massas betuminosas, asfálticas e outros materiais de construção.

A título acessório, a empresa pode exercer outras atividades nas áreas da cultura, do desporto, da educação e do turismo, designadamente a prestação de serviços, bem como a promoção e exploração de outras atividades de cultura, turismo e lazer que se revistam de interesse público municipal.

1.4. Designação e sede da empresa-mãe

O capital social de 900.000€, representado por 180.000 ações nominativas de 5€ cada, detidas a 100% pela Câmara Município de Mafra, com sede na Praça do Município, 2640-516 Mafra.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da GIATUL foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho com as retificações da Declaração de Rectificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto e com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 02 de Junho.

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

Continuidade - No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

Regime do acréscimo - Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "A. h." or similar.

Consistência de apresentação - A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

Materialidade e agregação - A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo. As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

Compensação - Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito, mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

Informação comparativa - O conteúdo das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior. Toda a informação que consta nas Demonstrações Financeiras e no presente documento, com referência a 2019, consiste, na informação da sociedade "GIATUL, S.A.".

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "A. H. 2020", located in the bottom right corner of the page.

Participações financeiras em subsidiárias e associadas

As participações financeiras em subsidiárias e associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades.

Quando a proporção nos prejuízos acumulados da subsidiária ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da subsidiária ou associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, retoma-se o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Ativos fixos tangíveis

Os edifícios e equipamentos que integram o ativo fixo tangível são mensurados segundo o modelo do custo previsto na NCRF 7, isto é, pelo custo menos a depreciação e perdas de imparidade acumuladas.

A depreciação dos edifícios e equipamentos é reconhecida como gasto a afetar os resultados operacionais, na base do método de linha reta (quotas constantes), com aplicação de percentagens sobre o custo de aquisição, deduzido do valor residual dos ativos, na base das seguintes estimativas de períodos de vida útil esperada:

Edifícios e obras de modificação	5 e 10 anos
Equipamentos e instalações básicas e administrativas	8 a 12 anos
Equipamento e ferramentas ligeiras	3 a 8 anos
Equipamento de transporte	4 anos

Os períodos de vida útil foram objeto de estimativa atualizada, nas datas de relato. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Para a generalidade dos ativos fixos tangíveis da empresa não foram até ao momento detetados indícios que determinassem a realização de testes adicionais de imparidade.

Locações

Tal como preceituado na NCRF 9, os ativos tangíveis adquiridos em regime de locação financeira são reconhecidos ao custo histórico depreciado. No passivo reconhecem-se os valores atualizados das prestações em dívida às locadoras.

A GIATUL classifica as operações de locações como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal.

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

Por forma a determinar se o ativo locado ficou em imparidade, aplica-se o disposto na NCRF 12 - Imparidade de ativos.

Ativos intangíveis

Aos ativos intangíveis são reconhecidos sempre que os mesmos são identificáveis, exerce-se controlo sobre os mesmos, seja provável que fluam benefícios económicos futuros e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas, necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método da linha reta ao longo da sua vida útil esperada.

Os custos com manutenção de programas informáticos são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

A handwritten signature in blue ink, located in the bottom right corner of the page.

Participações Financeiras

Nos casos de investimentos em associadas, às quais se aplica o método da equivalência patrimonial, as respectivas verbas de financiamentos concedidos não tiveram tratamento de justo valor, dada a sua exclusão do âmbito da NCRF 27 - Instrumentos financeiros.

Ativos não correntes detidas para venda

Os ativos não correntes e os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o ativo não corrente ou grupo para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano a contar da data da classificação do ativo não corrente ou do grupo para alienação como disponível para venda.

Quando a Entidade está comprometida com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os ativos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos no parágrafo anterior, ainda que a Entidade retenha algum interesse minoritário na subsidiária após a venda.

Os ativos não correntes e os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

Inventário

Os Inventários são valorizados ao menor entre o seu custo e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

As diferenças entre o valor de custo e o valor realizável líquido, quando mais baixo, bem como o valor dos materiais potencialmente obsoletos, encontram-se registadas na rubrica perdas de imparidade em inventários.

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado ou custo específico).



Instrumentos financeiros

No tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respetivos requisitos de apresentação e divulgação é utilizada a NCRF 27- Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado e, no caso dos ativos financeiros, ao custo deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas ou ao custo amortizado. O custo amortizado corresponde ao valor no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa de qualquer diferença entre esse montante na maturidade, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade, e menos qualquer redução (diretamente ou por meio do uso de uma conta de abatimento) quanto à imparidade ou incobrabilidade.

Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem: clientes, outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e financiamentos obtidos. O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo, sendo a taxa de juro efetiva a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:

São desreconhecidos ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Clientes e outras dívidas de terceiros

Esta rubrica está mensurada em balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido, acrescida do IVA e, quando aplicável, de quantias de rédito de juros debitados e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.

As contas a receber são mensuradas ao custo ou ao custo amortizado menos as perdas de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

O ajustamento para imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objetiva de que não será recebida parte ou a totalidade dos montantes em dívida, nos termos acordados.

Dificuldades financeiras significativas por parte do devedor, probabilidade de o devedor se tornar insolvente ou a falha sucessiva de pagamentos por parte do devedor, são considerados indicadores de que a conta a receber está numa situação de imparidade.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Estas contas estão reconhecidas pela quantia amortizável das respetivas dívidas. A Administração da empresa entende que as quantias mostradas em balanço não diferem significativamente dos justos valores das respetivas dívidas.

Às outras contas a pagar do passivo não corrente, não se procedeu a qualquer ajustamento à quantia assentada, por impossibilidade de mensurar fiavelmente o seu valor atual/descontado, já que não existem pressupostos de prazo, tempestividade e valor de prestações, taxa de juro, que permitissem apurar e atualizar os fluxos de caixa futuros.

Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa mostrada pelo balanço inclui meios líquidos de pagamento (caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis), sem afetar o valor do respetivo capital.

São aplicáveis as definições da NCRF 2 – Demonstração de Fluxos de Caixa.

Imparidade de ativos

À data de cada relato e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efetuada

até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Instrumentos de capital próprio

Um instrumento financeiro é classificado como sendo um instrumento de capital próprio, quando o mesmo evidencia um interesse residual nos ativos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital próprio são registados como uma dedução ao valor da emissão.

As distribuições aos detentores dos instrumentos de capital próprio apenas são reconhecidas como um passivo e debitadas diretamente no capital próprio da entidade, no exercício em que essas distribuições são aprovadas pelos acionistas.

Financiamentos obtidos

As responsabilidades financeiras para com a banca estão reconhecidas pelas quantias monetárias recebidas, líquidas de reembolsos. Os gastos financeiros, incluindo juros e outros encargos, estão reconhecidos pelo método do juro efetivo numa base de acréscimo na demonstração dos resultados do período, nos termos do preceituado na NCRF 10 - Custos de empréstimos obtidos

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objetos de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

A quantia reconhecida das provisões corresponde ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação, considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. Os montantes das provisões são revistos na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes de qualquer contrato oneroso em que a GIATUL é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo, são registados como provisões.

Aplicaram-se as definições e critérios das NCRF 21 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Reconhecimento de rendimentos e gastos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados

Rédito

As Vendas e Serviços Prestados são reconhecidas a afetar os resultados operacionais do período a que dizem respeito, não obstante poder serem recebidas em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo. Os Serviços Prestados são apresentados líquidos de devoluções e de descontos comerciais.

Foram aplicados as definições e os critérios da NCRF 20.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas

são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber.

O rédito associado com uma transação que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transação possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando: (i) a quantia de rédito seja fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa/Grupo; (iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação sejam fiavelmente mensurados.

Benefício dos empregados

A empresa não tem qualquer sistema próprio complementar à segurança social pública, em matéria de apoios à reforma dos trabalhadores.

Subsídios e apoios do Governo

Encontram-se reconhecidos rendimentos de subsídios obtidos do Emprego e Formação Profissional, tendo como objetivo promover a inserção de jovens com incapacidade no mercado de trabalho.

Encontra-se também reconhecidos rendimentos de subsídios recebidos ao abrigo do Contrato Programa com a Câmara Municipal de Mafra, que entrou em vigor durante o exercício de 2019.

Encargos financeiros com financiamentos obtidos

Todos os custos de empréstimos são reconhecidos como gasto do período em que ocorrem, numa base de acréscimo, de acordo com o tratamento de referência da NCRF 10.

Imposto sobre o rendimento

Existem, nos períodos de relato, situações que permitam o apuramento, na estimativa anual, de impostos diferidos, ou reconhecimento de ativos por impostos diferidos.

Quando aplicável adotou-se a NCRF 25 - Impostos sobre o rendimento.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor.

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the bottom right corner of the page.

Transações e saldos em moeda estrangeira

O euro é a moeda funcional e de relato

Não existem, em matéria de risco cambial relevante a afetar as demonstrações financeiras, outras situações a assinalar.

Acontecimentos após a data de balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, quando materialmente relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras.

Juízo de valor, estimativa e pressupostos críticos

Na preparação das demonstrações financeiras, foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, são as seguintes:

- a) Mensuração de propriedades de investimento: as propriedades de investimento mensurados pelo justo valor, são objeto de avaliações independentes realizadas de forma regular. As referidas avaliações foram realizadas de acordo com metodologias combinando os seguintes critérios: (i) comparação de mercado; (ii) rendimento; (iii) capitalização direta; e (iv) fluxos de caixa descontados.
- b) As Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis: a determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de amortização, é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados. Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, podendo, no entanto, virem a ser alterados se a prática do sector, para situações idênticas, apontar para um benchmark diferente.

Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão, situações que coloquem em causa a continuidade da GIATUL, S.A.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes, inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria, líquidos de descobertos bancários.

A caixa e seus equivalentes em 31/12/2020 e em 31/12/2019, tem a seguinte composição:

	2020	2019
Caixa	2 539	2 894
Depósitos à ordem	144 348	177 864
Outros depósitos	2 500	2 500
TOTAL	149 387	183 258

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS

CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o período findo em 31/12/2020, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

6. PARTES RELACIONADAS

Foram consideradas associadas todas as entidades sobre as quais a GIATUL tem influência significativa e que não sejam subsidiárias nem tenham interesses em empreendimentos conjuntos.

Influência significativa foi considerada como sendo o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das investidas, mas que não constitui controlo nem controlo conjunto sobre essas políticas.

A GIATUL detém 20% ou mais do poder de voto da investida, ou quando detém direitos especiais de voto.

Participada	Participação	Valor Mensurado	Ano aquisição	Total do capital social	Resultado 2019
Mafreduca S.A.	49%	0,00	2008	100 000€	(898 325,84€)

Foi decidido alienar integralmente a participação social detida na Mafreduca, S.A., conforme deliberação inscrita na ata da Assembleia Geral de 18/02/2013. O processo embora tenha sido iniciado, não chegou a ficar concluído. A empresa continua a desenvolver esforços para encontrar uma alternativa legalmente viável.

A participação financeira encontra-se reconhecida por valor nulo, uma vez que esta apresenta Capitais Próprios com valor negativo. Acresce que desta participação não resultarão para a empresa quaisquer obrigações construtivas ou legais.

A 31/12/2019 apresentava Capitais Próprios negativos em 21.756.951€.

Até à presente data, ainda não foram disponibilizadas as demonstrações financeiras do exercício findo a 31/12/2020.

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas foi o seguinte:

2020							
Descrição	Terr. e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equip. de transp.	Equip. administ.	Out. ativ.	Total
Ativo							
Saldo inicial	420 691	647 982	6 145 066	248 482	114 599	72 404	7 649 225
Aumentos		59 659	31 243				90 902
Alien. e abates							0
Saldo final	420 691	707 641	6 176 309	248 482	114 599	72 404	7 740 127
Depreciações acumuladas							
Saldo inicial		367 019	5 188 992	227 382	103 318	67 615	5 954 326
Dep. exercício		43 331	153 409	10 550	2 743	2 394	212 428
Alien. e abates							0
Saldo final	0	410 350	5 342 401	237 932	106 061	70 009	6 166 754
Ativo líquido	420 691	297 291	833 908	10 550	8 538	2 395	1 573 373

2019							
Descrição	Terr. e recursos naturais	Edifícios e outras const.	Equip. básico	Equip. de transp.	Equip. administ.	Out. ativ.	Total
Ativo							
Saldo inicial	420 691	617 976	6 156 655	245 137	113 166	65 221	7 618 847
Aumentos		30 006	5 602	10 000	1 433	7 184	54 225
Alien. e abates			17 191	6 655			23 846
Saldo final	420 691	647 982	6 145 066	248 482	114 599	72 404	7 649 225
Depreciações acumuladas							
Saldo inicial		329 653	5 017 048	206 078	99 842	65 221	5 717 841
Dep. exercício		37 365	182 715	27 960	3 477	2 394	253 911
Alien. e abates			10 771	6 655			17 426
Saldo final	0	367 019	5 188 992	227 382	103 318	67 615	5 954 326
Ativo líquido	420 691	280 963	956 074	21 100	11 281	4 789	1 694 899

No que respeita ao valor reconhecido em “Terrenos e recursos naturais” corresponde ao terreno denominado “Vale da Bica”, localizado no Concelho de Mafra. Encontra-se mensurado pelo valor de aquisição.

Os restantes ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo, sendo depreciados linearmente, de acordo com as vidas úteis especificadas na nota 2.

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, nos períodos findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019:

2020					
Descrição	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Invest. em curso	Total
Ativo					
Saldo inicial	423	10 912 308	106 193		11 018 924
Aquisições				9 600	9 600
Alien. e abates					0
Saldo final	423	10 912 308	106 193	9 600	11 028 524
Depreciações acumuladas					
Saldo inicial	423	3 100 000	106 193		3 206 616
Dep. exercício		200 000			200 000
Alien. e abates					0
Saldo final	423	3 300 000	106 193	0	3 406 616
Ativo líquido	0	7 612 308	0	9 600	7 621 908

2019					
Descrição	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Invest. em curso	Total
Ativo					
Saldo inicial		10 912 308	106 193		11 018 500
Aquisições	423			3 600	4 023
Alien. e abates					0
Saldo final	423	10 912 308	106 193	3 600	11 022 524
Depreciações acumuladas					
Saldo inicial		2 900 000	106 193		3 006 193
Dep. exercício	423	200 000			200 423
Alien. e abates					0
Saldo final	423	3 100 000	106 193	0	3 206 616
Ativo líquido	0	7 812 308	0	3 600	7 815 908

Discrimina-se em seguida o valor da rubrica de propriedade industrial, por item:

Descrição	Ano aquisição	Valor reconhecido	Tipo de direito
Avessada - Ericeira / Limites Ericeira	30/04/2007	2 422 373	50 anos Direitos Superf
Fonte Boa da Brincosa - Carvoeira	30/04/2007	421 956	50 anos Direitos Superf
Primeiro Quinhão Casal da Estrada / Piscinas	30/04/2007	565 619	50 anos Direitos Superf
Limites do Marco - Azueira	30/04/2007	320 462	50 anos Direitos Superf
As Pedoeiras ou Campo do Tojo - Igreja Nova	30/04/2007	288 732	50 anos Direitos Superf
Charneca - Venda do Pinheiro	21/11/2007	212 801	50 anos Direitos Superf
Pateira - Santo Estevão Galés	21/11/2007	272 283	50 anos Direitos Superf
Quinta da Princesa - Enxara do Bispo	21/11/2007	305 109	50 anos Direitos Superf
Monte Godel - Santo Isidoro	19/03/2008	313 317	50 anos Direitos Superf
Mafra - Salgados	29/05/2008	651 381	50 anos Direitos Superf
Dir. Superfície terreno Abrunheira	31/12/2008	138 274	50 anos Direitos Superf
Contrato-programa do Parque de Campismo.	29/06/2004	1 700 000	Cessão Exploração
TOTAL		7 612 308	

O parque de campismo é o único item que se encontra sujeito a depreciação, uma vez que os valores dos restantes estão suportados por uma avaliação independente realizada em março 2021.

9. INVENTÁRIOS

Valor das existências finais:

	2020	2019
Matérias-primas	10 348	14 379
Materiais diversos	57 440	43 595
TOTAL	67 788	57 974

10. CLIENTES

Saldos da conta de clientes nos períodos findos em 31/12/2020 e em 31/12/2019:

	2020	2019
Clientes c/c	836 117	355 145
Clientes cobrança duvidosa	304 528	313 682
Perdas por imparidade acumuladas	-304 528	-313 682
TOTAL	836 117	355 145

Neste período não ocorreram novos ajustamentos para clientes tendo em conta a antiguidade dos saldos dos mesmos. Apenas houve a regularização de um saldo considerado anteriormente de cobrança duvidosa.

11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Detalhe dos saldos da conta do estado e outros entes públicos:

	2020	2019
Ativo corrente		
Imposto sobre o rendimento	9 483	32 431
TOTAL	9 483	32 431
Passivo corrente		
Retenção de impostos sobre rendimentos (IRS)	9 608	9 709
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	51 019	63 473
Segurança social	29 768	24 047
Caixa geral de aposentações e ADS	4 167	4 258
TOTAL	94 562	101 487

Não existem quaisquer dívidas em mora às Finanças nem à Segurança Social.



12. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Detalhe dos outros créditos a receber:

Devedores por acréscimo de rendimentos	446 393	274 563
Remunerações a pagar	0	1 163
Adiantamento a fornecedores	480	10 000
TOTAL	446 873	285 726

13. DIFERIMENTOS

O desdobramento dos diferimentos registados no ativo e passivo corrente é o seguinte:

	2020	2019
Ativo corrente		
Juros a reconhecer	4 603	9 472
Seguros a reconhecer	15 268	4 837
TOTAL	19 871	14 309
Passivo corrente		
Rendimentos a reconhecer	735 893	627 367
TOTAL	735 893	627 637

14. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Composição do capital:

	2020	2019
Capital subscrito	900 000	900 000
Reservas legais	356 800	356 800
Outras reservas		
Reservas livres	425 027	425 027
DLRR – Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos – 2014	50 028	50 028
DLRR – Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos – 2015	129 677	129 677
DLRR – Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos – 2017	97 427	97 427
DLRR – Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos – 2018	119 375	119 375
DLRR – Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos – 2019	23 376	0
Resultados transitados	4 002 241	3 992 554
Ajustamentos em ativos financeiros	- 6 925	-6 925
Resultado Líquido do exercício	- 89 931	33 063
TOTAL	6 007 096	6 097 026

A Câmara Municipal de Mafra detém 100% do capital social da GIATUL.

Os valores registrados em dedução de lucros retidos e reinvestidos já se encontram totalmente executados com investimentos elegíveis. Por imposição legal, esta mantém-se em reserva nos capitais próprios por 5 anos. O valor referente a 2014 será transferido para resultados transitados em 2021.

Em 2020, o movimento em resultados transitados corresponde apenas à aplicação do resultado de 2019.

15. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Detalhe dos financiamentos obtidos nos exercícios:

	2020	2019
Passivo não corrente		
Empréstimos Bancários	102 402	1 706 009
Leasing	0	3 238
	102 402	1 709 247
Passivo corrente		
Empréstimos Bancários	1 691 116	502 264
Conta caucionada	100 000	50 000
Leasing	3 238	9 590
	1 794 354	561 854
TOTAL	1 896 756	2 271 102

16. FORNECEDORES

Desdobramento das contas de fornecedores:

	2020	2019
Fornecedores C/C	510 488	443 667
Fornecedores - garantias	116 420	177 128
TOTAL	626 909	620 795

17. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

As outras dívidas a pagar apresentam o seguinte detalhe em 2020 e 2019:

	2020	2019
Passivo não corrente		
Fornecedores - garantias	186 536	181 205
	186 536	181 205
Passivo corrente		
Pessoal	1 849	0
Remunerações a liquidar	203 274	192 467
Credores diversos	994 800	347 930
	1 199 923	540 397
TOTAL	1 386 459	721 602

18. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

As vendas e serviços prestados reconhecidos em 31/12/2020 e em 31/12/2019 apresentam o seguinte detalhe:

	2020	2019
Vendas de produtos acabados	2 228	9 375
Serviços prestados		
Infraestruturas	6 528 524	3 626 505
Parque de Campismo	881 698	1 204 294
TOTAL	7 412 451	4 840 174

As Prestações de Serviços ocorreram apenas no mercado interno.

19. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os subsídios à exploração apresentam o seguinte detalhe em 2020 e 2019:

	2020	2019
Subsídios do Estado IEFP - CEI+	0	1 255
Subsídio Contrato Programa	300 000	300 000
TOTAL	300 000	301 255

Em 2019, entrou em vigor o Contrato Programa celebrado com o acionista único, a Câmara Municipal de Mafra, que prevê o subsídio à exploração a ser entregue em parcelas até ao ano de 2021.

20. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Detalhe do custo das mercadorias vendidas nos exercícios:

	2020	2019
Existências iniciais	57 974	40 409
Compras de matéria, subsidiária e de consumo	557 110	614 708
Existências finais	67 788	57 974
TOTAL	547 295	597 144

21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os fornecimentos e serviços externos dos exercícios de 2020 e 2019 apresentam o seguinte detalha:

	2020	2019
Subcontratos	4 090 946	1 481 666
Trabalhos especializados	395 311	219 028
Publicidade e propaganda	14 969	177 997
Vigilância e segurança	136 294	86 210
Comissões	7 652	6 237
Conservação e reparação	84 880	96 124
Serviços Bancários	22 227	24 607
Ferramentas e Utensílios	21 035	14 509
Livros e documentação técnica	20	554
Material de escritório	15 484	10 947
Artigos para oferta		124
Eletricidade	84 604	73 742
Combustíveis	129 203	181 660
Água	99 056	96 125
Lubrificantes	1 985	361
Deslocações e estadas	768	827
Rendas a alugueres	75 448	48 114
Comunicação	13 503	12 775
Seguros	27 262	47 195
Contencioso e notariado	429	680
Despesas de representação	4 886	66
Limpeza, higiene e conforto	46 752	50 988
Outros Serviços	11	16
TOTAL	5 272 726	2 660 551

h.
QNT

22. GASTOS COM O PESSOAL

Detalhe dos gastos com o pessoal nos exercícios:

	2020	2019
Remunerações dos órgãos sociais	0	0
Remunerações do pessoal	1 333 204	1 210 349
Encargos sobre remunerações	250 440	199 963
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	33 840	22 067
Indemnizações e acordos de rescisão	0	975
Outros gastos com o pessoal	51 237	62 202
TOTAL	1 668 721	1 495 556

A 31/12/2020 o número de trabalhadores era de 102, sendo 23 do Parque de Campismo.

23. OUTROS RENDIMENTOS

Detalhe dos outros rendimentos dos exercícios:

	2020	2019
Correções imputáveis a períodos anteriores	662	13 789
Outros rendimentos e ganhos	141 051	184 595
TOTAL	141 713	198 384

A 01/11/2010 foi celebrado um contrato de arrendamento de um imóvel com a “Tarawa-kiribati”, que gerou um rendimento no montante de 50.000€, no exercício de 2020. Acresce o rendimento de 60.000€, que advém do acordo celebrado entre a Câmara Municipal de Mafra e a GIATUL referente à cessão de uma parcela de terreno.

24. OUTROS GASTOS

Detalhe de outros gastos dos exercícios:

	2020	2019
Impostos diretos	980	980
Impostos indiretos	7 662	3 069
Taxas	26 702	60 825
Correções de exercícios anteriores	2 033	6 842
Multas e penalidades	0	75
Outros gastos e perdas	34	0
TOTAL	37 410	71 790

25. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Movimento das amortizações dos ativos tangíveis e intangíveis, dos exercícios:

	2020	2019
Ativos fixos tangíveis:		
Edifícios e outras construções	43 331	37 365
Equipamento básico	153 409	182 715
Equipamento de transporte	10 550	17 960
Equipamento administrativo	2 743	3 477
Outros ativos fixos tangíveis	2 394	2 394
Ativo intangíveis:		
Propriedade Industrial	200 000	200 000
Programas de computadores	0	423
TOTAL	412 428	444 334

26. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Detalhe dos encargos financeiros suportados nos exercícios:

	2020	2019
Juros contraídos com empréstimos bancários	28 487	29 775
Juros contraídos em locações financeiras	92	196
Juros de mora e compensatórios	45	105
TOTAL	26 624	30 076

27. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Detalhe do imposto sobre o rendimento:

	2020	2019
Imposto estimado para o período	1 769	8 282
Imposto diferido	- 22 874	- 984
TOTAL	-21 106	7 298

28. GARANTIAS E OUTRAS RESPONSABILIDADE PRESTADAS

Os empréstimos de financiamento obtidos junto da Caixa Geral de Depósitos estão sujeitos a uma garantia que consiste nas receitas previstas no contrato-programa entre a empresa e a CM Mafra e as relativas às comparticipações, dotações, subsídios e indemnizações compensatórias a que aludem os art.º 27º e 31º da Lei 58/98, de 18/08.

29. SALDOS E TRANSAÇÕES ENTRE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

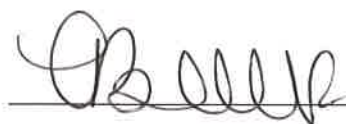
Detalhe dos saldos com associadas:

	2020	2019
Valores a receber		
Câmara Municipal de Mafra	710 627	311 004
SMAS	20 130	
Valores a pagar		
Câmara Municipal de Mafra	36 141	27 429
SMAS	5 089	- 99

Detalhe das transações ocorridas com associadas:

	2020	2019
Faturas emitidas		
Câmara Municipal de Mafra	7 107 102	4 547 388
SMAS	149 813	0
Faturas recebidas		
Câmara Municipal de Mafra	171 033	206 312
SMAS	65 646	746

Conselho de Administração


Contabilista Certificado nº 85017

Ana Gabriela Almeida Braga

The background of the cover features a faded photograph of a building with a white wall and a small window. A large, semi-transparent green diagonal stripe runs from the bottom left towards the top right, partially obscuring the building image.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page.

[Handwritten signature]



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **GIATUL - ACTIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M., S.A.** (a entidade) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020, que evidencia um total de 10.747.674 euros e um total de capital próprio de 6.007.096 de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 89.931 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de GIATUL - ACTIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M., S.A. em 31 de dezembro de 2020, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado na Nota 6 do Anexo às demonstrações financeiras, existe uma participação financeira na empresa “Mafreduca, S.A.”, em 49% do seu Capital social, a qual apresenta dificuldades económicas e financeiras. A 31/12/2019 a “Mafreduca, S.A.” apresentou Capitais próprios negativos em 21.756.951 Euros. Esta participação financeira encontra-se reconhecida por valor nulo, de acordo com o método de equivalência patrimonial, sendo convicção da empresa que desta participação não resultarão quaisquer obrigações construtivas ou legais. Ainda relativamente à participação na “Mafreduca, S.A.”, chamamos a atenção para o facto de que segundo o art.º 68º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, esta deveria ter sido dissolvida ou a participação detida integralmente alienada até 6 meses após entrada em vigor da referida Lei. Conforme divulgado nesta Nota, a empresa continua a desenvolver esforços para encontrar uma alternativa legalmente viável.



12

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 30 de março de 2021

MACEDO, CALDAS & BENTO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20161490

Representada por

Dr. Hernâni João Dias Bento,

Revisor Oficial de Contas n.º 1167

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20160779

RELATÓRIO
E PARECER DO
FISCAL ÚNICO

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Exmo. Acionista, da **GIATUL - ACTIVIDADES LÚDICAS, INFRAESTRUTURAS E RODOVIAS, E.M., S.A.**,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida durante o ano de 2020 e dar o nosso Parecer sobre o relatório de gestão e os documentos de prestação das contas, que compreendem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações nos capitais próprios e as correspondentes notas anexas às demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados pelo Conselho de Administração.

1. No decurso do exercício acompanhámos com regularidade a atividade da entidade, com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, nomeadamente através de reuniões periódicas com o órgão de gestão e os seus diretores. Efetuámos uma verificação por amostragem dos registos contabilísticos e da respetiva documentação de suporte, bem como a eficácia dos sistemas de gestão e de riscos e de controlo interno. Vigiamos pela observação da lei e dos estatutos. No exercício da nossa atividade não deparamos com quaisquer constrangimentos.
2. No exercício das nossas funções verificámos que:
 - a) o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações nos capitais próprios e as correspondentes notas anexas às demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Entidade e dos seus resultados, assim como das suas alterações do capital próprio e dos seus fluxos de caixa;
 - b) o relatório apresentado pelo Conselho de Administração. exprime os principais aspectos da atividade desenvolvida pela organização e complementa as informações passíveis de serem extraídas dos documentos de prestação das contas, além de apontar algumas perspetivas da evolução previsível da Entidade; e
 - c) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados estão conforme as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e são adequadas por forma a assegurar que as mesmas conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados.
3. Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, emitimos uma certificação legal das contas não qualificada, referente ao exercício de 2020, datada de 30 de março de 2021, com a seguinte ênfase:

§. Conforme divulgado na Nota 6 do Anexo às demonstrações financeiras, existe uma participação financeira na empresa “Mafreduca, S.A.”, em 49% do seu Capital social, a qual apresenta dificuldades económicas e financeiras. A 31/12/2019 a “Mafreduca, S.A.” apresentou



Capitais próprios negativos em 21.756.951 Euros. Esta participação financeira encontra-se reconhecida por valor nulo, de acordo com o método de equivalência patrimonial, sendo convicção da empresa que desta participação não resultarão quaisquer obrigações construtivas ou legais. Ainda relativamente à participação na “Mafreduca, S.A.”, chamamos a atenção para o facto de que segundo o art.º 68º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, esta deveria ter sido dissolvida ou a participação detida integralmente alienada até 6 meses após entrada em vigor da referida Lei. Conforme divulgado nesta Nota, a empresa continua a desenvolver esforços para encontrar uma alternativa legalmente viável.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

4. Somos do parecer que a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.
5. Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e serviços da Entidade, bem como as conclusões constantes da certificação legal das contas, somos do Parecer que:
 - a) Sejam aprovados o relatório de gestão assim os documentos de prestação das contas, apresentados pelo Conselho de Administração;
 - b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por último, pretendemos expressar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso reconhecimento pela disponibilidade, colaboração e competência sempre manifestadas.

Lisboa, 30 de março de 2021

O Fiscal Único

MACEDO, CALDAS & BENTO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS N.º 190
Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20161490

Representada por

Dr. Hernâni João Dias Bento,
Revisor Oficial de Contas n.º 1167
Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob n.º 20160779